	<p align="center">CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 02.010.385/001-01 Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro. Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000 Fone/Fax: (42) 3570-01-50 E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</p>
---	---

EDITAL PARA INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

*****LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP*****

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

EMIÇÃO: 03/11/2025

ABERTURA: 07/11/2025 às 09:30 HORAS

PREÂMBULO


A Câmara Municipal de **de Fernandes Pinheiro - PR**, sediada à Rua Alziro Pedro 275 – Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 02.010.385/0001/01, por intermédio do Comissão de Contratação designada pela Portaria 05/2025, torna público que, realizará Chamada Pública, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, nos termos Art. nº 75, inciso I da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 001/2025, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA E HORÁRIO DE INÍCIO PARA PARA CADASTRO DA PROPOSTA:	DIA 04/11/2025 ÀS 00:00 HORAS
DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:	DIA 06/11/2025 ÀS 23:59 HORAS
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO DE EMAIL E FÍSICO PARA PROTOCOLAR A PROPOSTA:	camarafernandespinheiro@gmail.com Camara Municipal, Rua Alziro Pedroso , 275– Centro, CEP: 84.535-000, Fernandes Pinheiro – PR, das 09 às 11:30 e das 13:30 às 17 horas.
LINK DE ACESSO AO EDITAL:	https://www.fernandespinheiro.pr.leg.br/
DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS	DIA 07/11/2025 ÀS 09:30 HORAS

Obs: Atenção o presente procedimento **NÃO TERÁ DISPUTA ELETRÔNICA**, somente será aceito envelopes lacrados entregues na Prefeitura ou através do envio de propostas por e-mail;

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto desta Chamada Pública a **Contratação de empresa para Pintura Externa da Câmara Municipal com fornecimento de material e mão de obra, conforme descrição**

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

na planilha SINAPI, com fundamento legal no Art. 75, I, da Lei 14.133 de 01/04/2021.

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

ANEXO 01 – PLANILHA ORÇAMENTARIA ;

ANEXO 02 - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO 03 – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

ANEXO 04 – MINUTA DO CONTRATO

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta aquisição estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Camara Municipl de Fernandes Pinheiro, para exercício de 2025, na classificação abaixo:

01. LEGISLATIVO MUNICIPAL

01.001 CAMARA MUNICIPAL

01.031.0101.2-001 MANTER O LEGISLATIVO MUNICIPAL

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

3. DO VALOR ESTIMADO:

3.1. O valor global máximo estimado para contratação será de R\$ 37.766,28 (trinta e sete mil setecentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos).


4. PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO:

4.1 A presente **CHAMADA PÚBLICA** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site, portal da transparência, portal de compras publicas, pncp, e os respectivos documentos deverão ser protocolados via email no endereço: camarafernandespinheiro@gmail.com e/ou protocolo físico no endereço: Rua Alziro Pedroso 275, CEP: 84.535-000, Centro, Fernandes Pinheiro – PR, Câmara Municipal, das 09 às 11:30 e das 13:30 às 17 horas, com o envelope devidamente lacrado e com a seguinte identificação: **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025.**

4.1.1 Os e-mails devem ser enviados com aviso de recebimento, para a devida comprovação do recebimento e abertura, e somente serão abertos a partir da 09:30 horas do dia **07/11/2025**, com envio da comprovação do recebimento, para maior lisura no procedimento.

4.1.2 Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **06/11/2025 às 23:59h**

4.1.3 Atenção, o presente procedimento **NÃO TERÁ DISPUTA ELETRÔNICA**, somente

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

será aceito envelopes lacrados entregues na Câmara ou através do envio de propostas por e-mail;

4.1.4 A divulgação no portal de compras do governo federal é somente para dar maior visibilidade ao procedimento.

5. PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

5.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme descritivo da Planilha orçamentaria, modelo em anexo ao edital.

5.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

5.3 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração e que foram baseados em orçamentos prévios.

6. DO PAGAMENTO:

6.1 O pagamento será efetuado após a emissão da nota fiscal 6.2 Para realização dos pagamentos, a CONTRATADA deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1 Para fins de contratação, a empresa que apresentar a proposta mais vantajosa, assim que convocada, deverá apresentar no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, os documentos mínimos para sua habilitação e qualificação necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do art. 72, V da Lei 14.133/2021, tais como:


7.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica disponível no site do Tribunal de Contas da União: <<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>>

7.3 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no caso de sociedade por ações, ou no caso de sociedade civil, acompanhado de documento de eleição de sua diretoria em exercício, comprovando o objeto social da licitante ser compatível com o desta licitação, de acordo com o critério de cada lote ou item;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.4 – REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos junto à Receita Federal e a Dívida Ativa da União, inclusive as Contribuições Sociais;
- d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos junto à Receita Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débitos expedida pelo Município sede da proponente;
- f) Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS.
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme determina a Lei Federal nº 12.440/2011.

7.5 - DECLARAÇÕES:

A) Declaração unificada **Anexo 03**:

b) Para comprovarem que se enquadram na condição de ME/EPP e ter tratamento diferenciado, as empresas deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação, os documentos abaixo:


b1) Declaração demonstrando estar apta a receber tratamento diferenciado e afirmando estar na condição de ME/EPP, conforme modelo constante no **anexo 04** deste edital;

b2) Certidão simplificada da Junta Comercial, emitida há menos de 12 meses da data prevista para abertura das propostas, na qual deverá comprovada esta condição.

7.6 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.6.1 Registro ou inscrição da empresa proponente na entidade profissional competente (CREA/CAU), dentro do prazo de validade, onde constem seus responsáveis técnicos.

7.6.4. Apresentação de no mínimo, 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, por empresa privada, comprovando aptidão(ões) para o desempenho de atividade compatível e pertinente com o objeto da presente licitação, constando a boa qualidade dos produtos/serviços entregues e cumprido os prazos de execução/entrega, e, satisfatoriamente compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deverá conter nome,

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

endereço e o telefone de contato do (s) atestador (es), ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com a (s) pessoa (s) declarante (s).

7.7 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.7.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação e proposta de preços;

7.7.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

7.7.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.7.4 O Microempreendedor Individual (MEI) com base no art. 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 é considerado pequeno empresário, pelo qual faz jus a dispensa de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis em observância ao §2º do art. 1.179, do Código Civil.

8. DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

8.1 Ajustes de Preço: Fica estabelecido que qualquer aumento de custos relacionado à aquisição de insumos ou produtos destinados à execução do objeto contratual será de responsabilidade exclusiva da Contratada até o limite de 10% (dez por cento) em relação ao valor originalmente pactuado no contrato, quando for por preço global, ou por item, nos casos de licitação por item.

8.2 Reequilíbrio Econômico-Financeiro: Na hipótese de ocorrer variação de preços superior ao limite estipulado no item anterior, a Contratada poderá pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, que será analisado pela comissão desde que cumpridos os requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. Esses requisitos incluem, mas não se limitam a:

a) Incidência de Fatos Supervenientes e Imprevisíveis: O pleito deve se basear em eventos que não poderiam ser previstos no momento da contratação, ou que sejam extraordinários e alheios à vontade das partes, conforme previsto no art. 124, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021.

b) Demonstrativo de Impacto Econômico: A Contratada deve apresentar documentação comprobatória que demonstre de maneira detalhada o impacto econômico sofrido, conforme exigido pelo art. 125, inciso II.

c) Não Configuração de Desequilíbrio Natural: O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não será aceito para cobrir variações naturais do mercado que poderiam ser previstas pelas partes durante a licitação ou contratação, conforme estabelecido no art. 124, inciso III.

8.3 Documentação Necessária: A Contratada deve apresentar documentos que comprovem as variações de preços e os impactos financeiros, como notas fiscais, estudos de mercado e outros que permitam à comissão avaliar a viabilidade e legalidade do pleito, conforme previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

8.4 Prazo para Análise: A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para analisar o pedido de reequilíbrio, podendo prorrogar este prazo por igual período mediante justificativa formal.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1 Poderá o Câmara revogar o presente Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.


9.2 A Câmara deverá anular o presente Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

9.3 A anulação do procedimento de Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.4 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Fernandes Pinheiro, 24 de Outubro de 2025.

Osiel Gomes Alves
Presidente da Mesa Diretora

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - PARANÁ

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E VALOR MÁXIMO ESTIMADO

1.1 Contratação de empresa especializada em limpeza e pintura externa no Prédio da Câmara Municipal

1.2 O valor máximo estimado para a contratação do objeto do Edital é de R\$37.766,28 (trinta e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E SUA JUSTIFICATIVA


A Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro – Estado do Paraná, identificou a necessidade de uma limpeza e pintura externa em toda fachada do prédio municipal. A presente contratação tem como finalidade atender à necessidade de manutenção predial preventiva e corretiva das instalações instalações externas da Câmara Municipal. O prédio apresenta desgaste da pintura, acúmulo de sujeira e manchas nas paredes externas, ocasionados pela ação do tempo, exposição solar e chuvas, o que compromete a aparência, conservação e durabilidade da edificação pública. A pintura e limpeza externa são essenciais para manter a boa apresentação do patrimônio público, zelar pela segurança e salubridade dos servidores e visitantes, além de evitar deteriorações futuras que possam gerar custos maiores de reparo.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

3.1 A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá seu término 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado no termos da Lei Federal nº 14.133/21.

3.2 Os serviços deverão serem feitos no prazo de 30 dias a partir da data de assinatura do contrato;


3.3 Deverá ser realizada diretamente no prédio da Câmara Municipal , na Rua Alziro Pedroso, 275 centro, Fernandes Pinheiro/Pr;

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

(anexado em arquivo separado)

DISPONÍVEL NO SITE <https://www.fernandespinheiro.pr.leg.br/> na aba Processos Licitatórios ou SOLICITAR ATRAVÉS DO e-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com.

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - PARANÁ

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

ANEXO 02

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ào Agente de Contratação e a Equipe de Apoio da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro/PR,

Apresentamos e submetemos à apreciação de vossas senhorias, nossa Proposta de Preços Readequada relativa ao fornecimento do(s) serviço(s) cujo objeto é a Contratação de empresa para limpeza e pintura externa com mão de obra e material incluso para pintura do prédio da Câmara Municipal

O valor final para fornecimento do objeto acima descrito é de R\$ 37.766,28 (trinta e sete mil setecentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), proveniente dos referidos valores unitários e quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT	R\$ VALOR FINAL
01	Contratação de empresa especializada para limpeza e pintura externa com material e mão de obra para o Prédio da Câmara municipal	01	R\$37.766,28

Prazo de execução dos serviços 30 (trinta) dias.


Prazo de Vigência: 60 (sessenta) dias.

O prazo de validade da Proposta de Preços Readequada: 60 (sessenta) dias.

ANEXAR A PLANILHA DE SERVIÇOS.

Comprometemo-nos a manter durante todo o prazo de execução/vigência do Contrato, a regularidade de toda documentação de Habilitação exigida em Edital.

A (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº (XX.XXX.XXX/XXXX-XX) , estabelecida à Rua (ENDEREÇO COMPLETO DA EMPRESA), telefone nº (XX) (XXXX- XXXX), por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr.(a) (NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL), portador(a) da Carteira de Identidade RG sob o nº (XX.XXX.XXX- XX/XXX-XX) e inscrito no CPF sob nº (XXX.XXX.XXX-XX), pela presente, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação instaurado pelo Município de Fernandes Pinheiro/PR, especificamente para participação em Licitações, DECLARA:

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>	

Que na Proposta de Preços apresentada, estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções, embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto da Licitação, são de nossa inteira responsabilidade, sendo estes custos já englobados nesta proposta final firmada. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não cabendo a mim licitante, pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada, e ainda:

QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRA LEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES, NESTA DATA.

Declaramos que é da nossa inteira responsabilidade, os dados, preços e condições acima descritos e que concordamos com todas as condições impostas no Edital.

Declaramos, sob as penas da Lei que as informações acima são verdadeiras.

DADOS PARA DEPÓSITO BANCÁRIO:


Banco: XXXXXXXXXXXX (NOME DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA)

Agência: XXXXXXXX-XX (NÚMERO DA AGÊNCIA COM DÍGITO)

Conta: XXXXXXXX-XX (NÚMERO DA CONTA COM DÍGITO).

Local, __ de _____ de 2025.

(Assinatura do Sócio Administrador/Titular ou Representante Legal da Empresa Proponente)

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - PARANÁ

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

ANEXO 03

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

01) DECLARA, que o licitante atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/21);

02) DECLARA sob as penas da Lei, que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento);


03) DECLARA que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

04) DECLARA, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

05) DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

06) DECLARA para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

07) DECLARA que estou(amos) SIM (☐) NÃO(☐), sob o regime de tributação de microempresa- me, empresa de pequeno porte – EPP ou equiparadas, para efeito do disposto na lei complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

08) DECLARA para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

09) DECLARA de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

10) DECLARA que autorizamos a Câmara Municipla de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 02.010.385/0001-01 a tratar todos os dados pessoais e dados pessoais sensíveis disponibilizados para o certame, de acordo com os artigos 7º e 11º da Lei federal 13.709 de 14/08/2018.


11) DECLARA, que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias; que se compromete a manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; que se compromete a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre a execução do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a execução da Ata de Registro de Preços e que tem conhecimento e submete-se ao disposto na Lei Federal nº 8.078 de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e seus Anexos.

12) DECLARA, que atendemos aos critérios de qualidade e proteção ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estamos cientes da nossa responsabilidade ambiental e nos comprometemos a cumprir a legislação específica para a atividade que desenvolve e em adotar práticas ecologicamente corretas. Reconhecemos nossa responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

13) DECLARA, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço eletrônico:

..... de 2025.

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - PARANÁ
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

ANEXO 04
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ____/2025
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025
FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021


CONTRATANTE: A CAMARA MUNICIAPL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado na Rua Alziro Pedroso , nº 275, inscrito no CNPJ nº 02.010.385/0001-01, devidamente representado pelo Presidente da Mesa Diretora , em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Osiel Gomes Alves , cadastrado no município sob nº xxxxx, e

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, sediada à _____, nº _____, na cidade de _____, Estado _____, CEP: _____, instituída no CNPJ sob o nº _____, e Inscrição Estadual sob o nº _____, neste ato representado por seu _____, o(a) Sr(a). _____, cadastrado no município sob nº _____, acordam firmar o presente contrato, sujeitando-se aos contratos administrativos, instituídos pela lei federal nº 14.133/21, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, conforme estipulações constantes no processo licitatório levado a efeito sob a modalidade de **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025**, tipo “Menor Preço Global”, devidamente homologada pela Contratante.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

§ 1º - Contratação de empresa especializada para limpeza e pintura externa com material e mão de obra para o Prédio da Câmara municipal **com fundamento legal no Art. 75, II, da Lei 14.133 de 01/04/2021**, anexa ao presente contrato.

§ 2º - Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital **PARA INTENÇÃO**

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

§ 1º - Pela execução do contrato, a CONTRATANTE pagará á CONTRATADA o valor mensal de R\$ _____ (_____).

§ 2º - O valor glogal do contrato será de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a emissão de nota fiscal e com a finalização dos serviços , § 2º - Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

I - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo contratante.

§ 3º - Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

§ 4º - As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país.

§ 5º - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.


§ 6º - As notas fiscais deverá ser emitida constando a informação Processo de Dispensa de Licitação nº 06/2025, e com as seguintes razões sociais conforme a Ordem de Fornecimento: **Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, CNPJ nº 02.010385/0001-01 ida Rua Alziro Pedroso , nº 275 CEP: 84.535-000, Centro, Fernandes Pinheiro, Paraná.**

§ 7º - A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

§ 8º - A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

§ Único - Os recursos necessários à aquisição ora licitada correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

04. LEGISLATIVO MUNICIPAL

04.1.01.001 CAMARA MUNICIPAL

4.2.01.031.0101.2-001 MANTER O LEGISLATIVO MUNICIPAL

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E LOCAL DE EXECUÇÃO

§ 1º - Os serviços deverão ser finalizados no prazo máximo de 30 dias a partir da data de assinatura do contrato;

§ 2º Deverá ser realizada diretamente no prédio da Câmara Municipal , na Rua Alziro Pedroso, 275 centro, Fernandes Pinheiro/Pr;

§ 3º - A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá seu término 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, podendo ser encerrado anteriormente caso a obra/serviço seja entregue e recebida definitivamente pela Contratante antes do prazo estabelecido.

I - Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a comissão verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, sob pena de extinção do contrato.

§ 4º - Todos os custos relativos à execução serão do proponente vencedor;

§ 5º - Deixando o adjudicatário de prestar o serviço, poderá o Agente de Contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

§ 1º Ajustes de Preço: Fica estabelecido que qualquer aumento de custos relacionado à aquisição de insumos ou produtos destinados à execução do objeto contratual será de responsabilidade exclusiva da Contratada até o limite de 10% (dez por cento) em relação ao valor originalmente pactuado no contrato, quando for por preço global, ou por item, nos casos de licitação por item.

§ 2º Reequilíbrio Econômico-Financeiro: Na hipótese de ocorrer variação de preços superior ao limite estipulado no item anterior, a Contratada poderá pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, que será analisado pela Administração, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. Esses requisitos incluem, mas não se limitam a:

a) Incidência de Fatos Supervenientes e Imprevisíveis: O pleito deve se basear em eventos que não poderiam ser previstos no momento da contratação, ou que sejam extraordinários e

alheios à vontade das partes, conforme previsto no art. 124, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021.

b) Demonstrativo de Impacto Econômico: A Contratada deve apresentar documentação comprobatória que demonstre de maneira detalhada o impacto econômico sofrido, conforme exigido pelo art. 125, inciso II.

c) Não Configuração de Desequilíbrio Natural: O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não será aceito para cobrir variações naturais do mercado que poderiam ser previstas pelas partes durante a licitação ou contratação, conforme estabelecido no art. 124, inciso III.

§ 3º Documentação Necessária: A Contratada deve apresentar documentos que comprovem as variações de preços e os impactos financeiros, como notas fiscais, estudos de mercado e outros que permitam à Administração avaliar a viabilidade e legalidade do pleito, conforme previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

§ 4º Prazo para Análise: A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para analisar o pedido de reequilíbrio, podendo prorrogar este prazo por igual período mediante justificativa formal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES


Do contratado:

I - O Contratado além das disposições do Termo de Referência deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) A Empresa deverá Fornecer, ao Setor de Compras e Licitações, durante todo o período de vigência Do Contrato as Certidões exigidas para fins de Habilitação na Licitação: Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive as Contribuições Sociais; Certidão Regularidade do Empregador junto ao FGTS; Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme determina a Lei Federal nº 12.440/2011; Certidão Negativa de Débitos expedida pelo Município sede da proponente, quando as mesmas estiverem com sua validade vencida;

b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/21) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à comissão ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

d) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

e) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

f) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

g) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

h) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/21);

i) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/21);

j) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

k) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/21.

l) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

Do contratante:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e na planilha orçamentária;

c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos nos equipamentos, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e na Planilha Orçamentária;
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- j) Responder eventuais pedidos de repactuação de preços ou restabelecimento de equilíbrio-financeiro do contrato feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- k) A Comissão não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.


CLÁUSULA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

§ 1º - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Comissão ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 2º - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

IV) Multa:

1. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

3. O atraso superior a 30 dias autoriza a comissão a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.

4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do parágrafo primeiro desta cláusula, de 1% a 5% do valor do Contrato.

5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do parágrafo primeiro desta cláusula, de 5% a 30% do valor do Contrato.

6. Para infração descrita na alínea “b” do parágrafo primeiro desta cláusula, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

7. Para infrações descritas na alínea “d” do parágrafo primeiro desta cláusula, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

8. Para a infração descrita na alínea “a” do parágrafo primeiro desta cláusula, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

8.1 para os casos graves que possam prejudicar pessoas ou a coletividade de uma maneira ou outra;

8.2 para os casos de pandemia declarados pelo Ministério da Saúde.

§ 3º - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21)

§ 4º - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

§ 5º - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21)

§ 6º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a

diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).

§ 7º - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

§ 8º - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 9º - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 10º - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

§ 11º - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

§ 12º - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

§ 13º - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

§ 14º - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total

ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

§ 1º - O presente Contrato será rescindido/extinto caso ocorram quaisquer dos atos elencados nos art. 137 ao art. 139 da lei nº 14.133/21;

§ 2º - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

§ 3º - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/21).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

§ Único - O presente Contrato será rescindido caso ocorram quaisquer dos atos elencados no art. 155 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA NULIDADE DO CONTRATO

§ Único - Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos aspectos previstos no Art. 147 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

§ 1º - A fiscalização ficará a cargo do servidor _____, cadastrado no município sob nº _____, Nomeado pela Portaria _____, para tanto instituído, “permitida à contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição” (art. 117 da lei 14.133/21);

§ 2º - O CONTRATANTE através do fiscal de contratos irá fiscalizar o cumprimento das obrigações deste instrumento contratual, por intermédio da Comissão de licitação, que deverá verificar a correta execução dos serviços pela CONTRATADA, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, quando estes não atenderem às exigências.

§ 3º - A fiscalização dos serviços por parte do CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

§ 1º - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por

seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, em observância a Lei Anticorrupção nº 12.846/2013, Decreto nº 8.420/2015.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;


c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§ 2º - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§ 3º - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
	<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

§ Único - O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e pelos preceitos de direitos público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD

§ 1º - partes, se obrigam a manter o mais absoluto sigilo com a relação à toda e qualquer informação a que tiverem acesso sobre os dados do contrato;

§ 2º - Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;

§ 3º - Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.

§ 4º - CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;


§ 5º - Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

§ Único – Para a eficácia deste contrato e de seus aditamentos o contratante divulgará o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dentro do prazo de 10 (dez) dias após a sua assinatura, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/21, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133/21, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, e o Decreto Municipal nº 001/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CASOS OMISSOS

§ 1º - Aplicam-se a este Edital as disposições da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

	CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO - ESTADO DO PARANÁ
	CNPJ: 02.010.385/001-01
	Rua Alziro Pedroso, nº275 Centro.
	Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000
	Fone/Fax: (42) 3570-01-50
<i>E-mail: camarafernandespinheiro@gmail.com</i>	

§ 2º - Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão de licitações, encarregada do recebimento, análise e julgamento das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

§ Único - Fica eleito o foro da Comarca de Teixeira Soares - PR, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, na forma digital conforme Decreto Municipal Nº 218/2023, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo..

Fernandes Pinheiro, em ____ de _____ de 2025.

CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Osiel Gomes Alves

Contratante

Contratada

Testemunhas:



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TransfereGOV	PROponente / Tomador	Apelido do Empreendimento Câmara Municipal			
Localidade SINAPI CURITIBA	Data Base 06-25 (N DES.)	Descrição do Lote PINTURA EXTERNA A SER REALIZADA - CÂMARA MUNICIPAL -	Município / UF FERNANDES PINHEIRO	BDI 1 21,59%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PINTURA EXTERNA A SER REALIZADA - CÂMARA MUNICIPAL - FERNANDES PINHEIRO / PR									37.766,28	
1.			SERVIÇOS INICIAIS					-	3.658,93	
1.1.			LIMPEZA DA SUPERFÍCIE					-	3.658,93	
1.1.1.	SINAPI	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF 04/2019	M2	1.157,89	2,60	BDI 1	3,16	3.658,93	RA
2.			REPAROS EM DESPLACAMENTO DE PINTURA					-	58,73	
2.1.			REMOÇÃO DO DESPLACAMENTO					-	32,65	
2.1.1.	SINAPI-I	38367	ESPATULA EM ACO INOX COM CABO DE MADEIRA E LARGURA DE *8* CM	UN	2,00	9,12	BDI 1	11,09	22,18	RA
2.1.2.	SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,30	28,71	BDI 1	34,91	10,47	RA
2.2.			REFAZER A TEXTURA REMOVIDA					-	26,08	
2.2.1.	SINAPI	88416	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, UMA COR. AF 03/2024	M2	1,00	21,45	BDI 1	26,08	26,08	RA
3.			REPAROS EM ÁREA COM INFILTRAÇÃO					-	315,75	
3.1.			INJEÇÃO DE ADESIVO ESTRUCTURAL					-	118,94	
3.1.1.	SINAPI-I	157	ADESIVO ESTRUCTURAL A BASE DE RESINA EPOXI PARA INJECAO EM TRINCAS, BICOMPONENTE, BAIXA VISCOSIDADE	KG	0,50	138,21	BDI 1	168,05	84,03	RA
3.1.2.	SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,00	28,71	BDI 1	34,91	34,91	RA
3.2.			REMOÇÃO DE REBOCO					-	79,79	
3.2.1.	SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,00	36,91	BDI 1	44,88	44,88	RA
3.2.2.	SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,00	28,71	BDI 1	34,91	34,91	RA
3.3.			IMPERMEABILIZAÇÃO DE ÁREA REMOVIDA					-	109,20	
3.3.1.	SINAPI	98562	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 1,5CM. AF_09/2023	M2	1,50	59,87	BDI 1	72,80	109,20	RA
3.4.			REFAZER A TEXTURA DE ÁREA REMOVIDA					-	7,82	
3.4.1.	SINAPI	88416	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, UMA COR. AF 03/2024	M2	0,30	21,45	BDI 1	26,08	7,82	RA
4.			REMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS					-	56,95	
4.1.			AR CONDICIONADO					-	12,85	
4.1.1.	SINAPI	97664	REMOÇÃO DE ACESSÓRIOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	5,00	2,11	BDI 1	2,57	12,85	RA
4.2.			ILUMINAÇÃO					-	44,10	
4.2.1.	SINAPI	97665	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	15,00	2,42	BDI 1	2,94	44,10	RA
5.			VEDAÇÃO DE VÃOS MENOR QUE 5 M2 (VEDAÇÃO TOTAL)					-	382,46	
5.1.			MATERIAIS					-	124,76	
5.1.1.	SINAPI-I_SP	42408	LONA PLASTICA EXTRA FORTE PRETA, E = 200 MICRA	M2	32,44	2,28	BDI 1	2,77	89,86	RA
5.1.2.	SINAPI-I_SP	12815	FITA CREPE ROLO DE *25* MM X 50 M	UN	2,00	14,35	BDI 1	17,45	34,90	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TransfereGOV	PROPONENTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO CÂMARA MUNICIPAL			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 06-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PINTURA EXTERNA A SER REALIZADA - CÂMARA MUNICIPAL -	MUNICÍPIO / UF FERNANDES PINHEIRO	BDI 1 21,59%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PINTURA EXTERNA A SER REALIZADA - CÂMARA MUNICIPAL - FERNANDES PINHEIRO / PR									37.766,28	
5.2.			MÃO DE OBRA					-	257,70	
5.2.1.	SINAPI	100301	AJUDANTE DE PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,00	32,11	BDI 1	39,04	117,12	RA
5.2.2.	SINAPI	88310	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,00	38,54	BDI 1	46,86	140,58	RA
6.			VEDAÇÃO DE VÃOS MAIOR QUE 5 M2 (1 METRO DE LARGURA)					-	436,55	
6.1.			MATERIAIS					-	178,85	
6.1.1.	SINAPI-I	42408	LONA PLASTICA EXTRA FORTE PRETA, E = 200 MICRA	M2	55,00	1,89	BDI 1	2,30	126,50	RA
6.1.2.	SINAPI-SP	12815	FITA CREPE ROLO DE *25* MM X 50 M	UN	3,00	14,35	BDI 1	17,45	52,35	RA
6.2.			MÃO DE OBRA					-	257,70	
6.2.1.	SINAPI	100301	AJUDANTE DE PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,00	32,11	BDI 1	39,04	117,12	RA
6.2.2.	SINAPI	88310	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,00	38,54	BDI 1	46,86	140,58	RA
7.			PINTURA EXTERNA					-	32.856,91	
7.1.			PINTURA COR CINZA GRANITO					-	20.404,47	
7.1.1.	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	854,07	14,22	BDI 1	17,29	14.766,87	RA
7.1.2.	SINAPI-I	151	IMPERMEABILIZANTE INCOLOR, BASE SILICONE, PARA TRATAMENTO DE FACHADAS, TELHAS, PEDRAS E OUTRAS SUPERFICIES	L	180,00	25,76	BDI 1	31,32	5.637,60	RA
7.2.			PINTURA COR ARDÓSIA CINZA					-	8.033,58	
7.2.1.	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	230,11	14,22	BDI 1	17,29	3.978,60	RA
7.2.2.	SINAPI	88488	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	73,71	17,29	BDI 1	21,02	1.549,38	RA
7.2.3.	SINAPI-I	151	IMPERMEABILIZANTE INCOLOR, BASE SILICONE, PARA TRATAMENTO DE FACHADAS, TELHAS, PEDRAS E OUTRAS SUPERFICIES	L	80,00	25,76	BDI 1	31,32	2.505,60	RA
7.3.			EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS					-	4.418,86	
7.3.1.	SINAPI	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	M	109,00	33,34	BDI 1	40,54	4.418,86	RA

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.

Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TransfereGOV	PROPONENTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO CÂMARA MUNICIPAL			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 06-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PINTURA EXTERNA A SER REALIZADA - CÂMARA MUNICIPAL -	MUNICÍPIO / UF FERNANDES PINHEIRO	BDI 1 21,59%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
PINTURA EXTERNA A SER REALIZADA - CÂMARA MUNICIPAL - FERNANDES PINHEIRO / PR									37.766,28

FERNANDES PINHEIRO
Local

sábado, 0 de janeiro de 1900
Data

Responsável Técnico

Nome: ERON BRAYAN AIOLFI
CREA/CAU: 201436/D
ART/RRT:

RECURSO
↓